

INTRODUÇÃO

A comunidade nacional e internacional assiste, ainda hoje, a um acentuado debate em torno da crise ambiental. Nesse cenário, a educação é questionada acerca de sua real contribuição no processo educativo em que se buscam respostas aos inúmeros e contínuos problemas sociais e ambientais.

O enfoque do presente ensaio é justamente a construção de um novo modelo educacional como instrumento de conscientização da sociedade em relação ao meio ambiente. Para tanto, apresenta-se sucintamente as bases pedagógicas da Educação Ambiental e propõe-se uma reflexão acerca da forma como a educação tradicional é retratada na sociedade.

Nesse sentido, a problemática é, como alhures mencionado, a intensificação dos debates sobre a crise ambiental e a educação, uma vez que, a par da grande repercussão dessa acentuada discussão, uma relevante mudança nas condutas sociais não é, por ora, constatada.

Quanto à metodologia utilizada, o estudo foi classificado quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa será descritiva e explicativa. Descritiva porque visa apresentar as dificuldades e conflitos enfrentados pela sociedade em decorrência manejo indiscriminado dos recursos ambientais. Quanto aos meios, a pesquisa será bibliográfica, pois recorrerá a documentos internacionais, a teses jurídicas e demais posicionamentos doutrinários, bem como a pesquisas realizadas por organismos e sujeitos envolvidos na militância da defesa e preservação do meio ambiente.

O marco teórico escolhido será do século XX, período em que se apresentam algumas das principais manifestações em Educação Ambiental, até a atualidade do século XXI. Apenas de não almejar a elucidação de todos os pontos relacionados ao assunto, o estudo será de grande contribuição ao explicar os aspectos que permeiam a matéria.

O trabalho se deu em razão da acuidade do tema. Trata-se de matéria atual e de suma importância para o enriquecimento das discussões acerca do papel da Educação Ambiental no âmbito social e do meio ambiente.

Os objetivos concretos do estudo são: Analisar e problematizar a relação entre o homem e natureza. Apresentar o histórico da Educação Ambiental e a maneira como é tratada do cenário atual. Estabelecer um esboço dos documentos internacionais relacionados ao tema. Salientar a conceituação, perpassando pela evolução histórica, características e objetivos da Educação Ambiental. Enfatizar a importância dos debates e reflexões para alcançar a conscientização da sociedade em relação ao meio ambiente.

No primeiro capítulo enfatiza-se a relação entre o homem e a natureza, assim como a necessidade de se resguardar o equilíbrio dessa fundamental relação.

No segundo capítulo verifica-se a historicidade da Educação Ambiental – formas de pensamentos, influências de outras ciências e contextualização das propostas – bem como a evolução do conceito, características e objetivos da matéria.

No terceiro capítulo analisa-se o modelo da Educação Ambiental como instrumento de conscientização social, demonstrando brevemente a real necessidade de concretização deste modelo.

Por fim, mesmo que a pretensão não seja esgotar as possibilidades do tema, este ensaio, ao levantar a proposta da Educação Ambiental, poderá oferecer subsídios de análise a outros pesquisadores que pretendam o aprofundamento da matéria.

1 O HOMEM E A NATUREZA: UMA FUNDAMENTAL RELAÇÃO

Lamentavelmente a sociedade do século é marcada pela constante agressão ao meio ambiente. O homem primitivo, ao projetar seus traços no ambiente, não abalava a natureza de maneira indiscriminada. Somente o necessário ao seu amparo era extraído e suas necessidades básicas eram reduzidas.

Ocorre que, a evolução da humanidade trouxe consigo todas as mazelas de uma sociedade hipercomplexa. Especialmente durante a Revolução Industrial é que os efeitos nocivos do manejo indiscriminado dos recursos ambientais tornaram-se mais evidentes, o sentido de dominação imperava.

As agressões ao meio ambiente passaram a explicitar a necessidade de conscientização populacional para proteger o planeta e o futuro da humanidade.

Nesse período, a conscientização da necessidade de proteção ao meio ambiente disseminou-se pelo mundo todo por intermédio de várias entidades não governamentais. As pessoas acordaram e passaram a levantar a bandeira protetiva ao meio ambiente, pois é dele que o homem tira seu sustento para sua sobrevivência. Apesar das dificuldades na solução dos problemas ambientais mundiais, devemos resolver os nossos por meio de medidas adequadas, realizando campanhas de conscientização de que o planeta terra é nossa casa, por isso devemos protegê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O futuro da humanidade está intimamente ligado à preservação do meio em que vivemos. (SIRVINSKAS, 2015, p. 82)

Ainda hoje, a relação entre o homem e a natureza é tratada de maneira equidistante.

Assim como o homem, os demais elementos ambientais são imprescindíveis para o equilíbrio natural à vida. Portanto, não há uma “escala hierárquica” que - a não ser para ciências determinadas - os classifique em graus de maior ou menor relevância, porquanto possuem papéis claramente distintos no meio ambiente. No entanto, o homem - sujeito de maior desenvolvimento entre os seres que compõem o painel ambiental – é detentor de um papel chave, relevantíssimo para a mudança no cenário vivenciado na atualidade.

Dessa forma, apreender o significado da relação homem-natureza é o projeto central nas reflexões acerca da crise ambiental presenciada nas últimas décadas. O desenvolvimento e aprofundamento dos conhecimentos científicos e técnicos, apesar de evidentes, não têm conseguido suprir as expectativas sociais em responder às questões relacionadas às vicissitudes ambientais.

A Educação ambiental surge nesse contexto com o intuito de integrar o homem ao meio ambiente de forma natural, onde a postura consciente e proativa, associadas ao manejo consciente dos recursos representam o equilíbrio necessário à vida no globo. Pode-se dizer que Educação Ambiental é, portanto, um fenômeno essencialmente humano.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O modelo educacional da atualidade ainda reflete em muitos aspectos a educação clássica. Com origem na Grécia, a educação clássica traduzia a intenção dos filósofos - “homens livres” – que definiam quais assuntos seriam objeto do currículo escolar. Temas relacionados às minorias (mulheres, escravos e idosos), por exemplo, não faziam parte das discussões, assim como tantos outros relacionados à vida em sociedade.

Como é sabido, ainda hoje os chamados “temas transversais” como a ética, a violência, a saúde e o meio ambiente não fazem parte do currículo escolar dos alunos e, por vezes, sequer são ventilados em discussão. O que se vê, na maioria dos casos, é a educação fechada que, cercada pelos muros das escolas, se limita às questões técnicas necessárias à inclusão futura do estudante no mercado de trabalho. O vínculo educação e vida foi perdido e substituído pela educação em prol do mercado e da competitividade.

A fenomenologia hegeliana continua inspirando nossa educação e deverá atravessar o milênio. A educação popular e a pedagogia da práxis, lidas de forma crítica, deverão continuar como paradigmas válidos para além dos anos 2000. Contudo, necessitamos de novas categorias explicitadoras da

realidade, que não surgem idealisticamente, mas no próprio processo de sua leitura. (GADOTTI, 2000, p. 34)

A sociedade - especialmente os países subdesenvolvidos - presencia a crise do modelo tradicional de educação em pleno século XXI. Da década de 70 até hoje, somente a Croácia e a China saíram do bloco do subdesenvolvimento. O processo de globalização influenciou não só as ciências sociais, mas a informação, a história, a cultura e conseqüentemente a educação. O mundo está diante de um novo cenário, de uma nova realidade complexa e interligada onde não é possível falar em desenvolvimento sem falar em educação.

É necessário repensar o modelo tradicional partindo do pressuposto de que somente através da educação será possível alcançar o verdadeiro desenvolvimento.

E é nesse cenário que a Educação Ambiental se apresenta, uma tendência pedagógica progressiva-crítica-libertadora, nas palavras de Paulo Freire e que tem o intuito de construir, desenvolver, fortalecer e propagar uma educação inovadora com base em na abordagem holística e integrada da sociedade e do planeta.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É recente o momento em que os olhos do mundo se voltaram para o meio ambiente. Na segunda metade do século XX, pôde-se notar que as questões ambientais – frise-se, preservação do meio ambiente contra atos lesivos do homem e sadia qualidade de vida – ao ensejarem profundos debates tanto na seara internacional quanto nacional serviram de marco para o surgimento do fenômeno educação ambiental.

A reação da sociedade em prol do meio ambiente e da sadia qualidade de vida surgiu por meio de movimentos de conscientização, estudos científicos e produções doutrinárias principalmente nas décadas de 1950/1960. Um enorme avanço tecnológico aconteceu nessa época e, principalmente nos países desenvolvidos, os efeitos negativos suportados pelo meio ambiente tornaram-se cada vez mais evidentes.

Nesse contexto, os valores da sociedade capitalista, da cultura de exploração ambiental intensiva e da grande envergadura social ao consumo tornaram-se alvos de intensos protestos e manifestações sociais. A bandeira da preservação ambiental e da ecologia foram levantadas com o verdadeiro intuito “driblar” os efeitos negativos suportados pelo meio ambiente. A intenção era alertar o Poder Público e, em especial, a comunidade para a

imperiosa necessidade de proteger o meio ambiente contra os agentes nocivos e de recuperar e preservar a sadia qualidade de vida para a geração presente futura. Tudo isso, de fato, só seria possível através da conscientização social por meio da educação.

Um dos grandes títulos da doutrina ambientalista, senão um dos grandes clássicos, Primavera silenciosa da jornalista Rachel Carson foi lançado em 1962.

Ela tratava da perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre recursos ambientais. Em formato de bolso, ganhou edições sucessivas e atingiu o grande público dos países desenvolvidos, produzindo discussões e inquietações a nível mundial a respeito da necessidade de providências para a reversão do quadro descrito. (DIAS, 2010, p. 25)

Como se nota, a preocupação central girava em torno da ação do homem enquanto causadora direta da destruição do meio ambiente. A exploração desmedida dos recursos ambientais, associada à enorme quantidade de agentes poluidores lançados em diversas partes do planeta formavam a concepção e o alvo daquilo que deveria ser combatido urgentemente.

Em janeiro de 1972, a publicação do relatório *Limits of Growth*¹ pelo Clube de Roma², chamou a atenção da comunidade internacional para os problemas ambientais causados pelo acelerado ritmo de crescimento da população mundial em relação à exploração dos recursos ambientais finitos. Temas como saúde, poluição, desenvolvimento e avanço tecnológico também foram tratados. A conclusão de que o meio ambiente não suportaria a pressão decorrente de todos esses fatores, bem como a constatação de que um verdadeiro colapso ambiental seria certo e iminente caso as medidas necessárias não fossem tomadas foram publicadas, levando ao conhecimento de mais de 30 milhões de pessoas a realidade onde os seres humanos se encontravam.

Os antecedentes da crise ambiental da década de 1970 manifestaram-se ainda nas décadas de 1950 e 1960, diante de episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960, os casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata, entre 1953 e 1965, a diminuição da vida aquática em alguns dos Grandes Lagos norte-americanos, a morte de aves provocada pelos efeitos secundários imprevistos

¹ Em português Limites do Crescimento, a publicação também ficou conhecida como Relatório *Meadows* ou ainda, Relatório do Clube de Roma. Foi traduzido e publicado em 30 idiomas e é considerado, ainda hoje, o livro mais vendido relacionado à matéria na doutrina ambientalista.

² O Clube de Roma - idealizado pelo italiano Aurelio Peccei e pelo escocês Alexander King – foi instituído no ano de 1968. Trinta estudiosos e especialistas em diversas áreas do conhecimento – política, economia e meio ambiente – reuniram-se na cidade de Roma (Itália) para discutir e, sobretudo repensar os problemas ambientais.

do DDT e outros pesticidas e a contaminação do mar em grande escala, causada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1966. Esses acontecimentos, entre outros, receberam ampla publicidade, fazendo com que países desenvolvidos temessem que a contaminação já estivesse pondo em perigo o futuro do homem. Ainda não se falava de Educação Ambiental, mas os problemas ambientais já demonstravam a irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista. (MEDINA, 2010, p. 2)

A cultura do capitalismo e da sociedade do consumo foram amplamente criticadas nesse período e já não conseguiam encontrar respostas aos problemas suportados. A população, nesse momento, questionava com veemência a complexidade das questões ambientais e o papel do homem nesse contexto. O modo como a sociedade ocidental lidava com a natureza, a enraizada crença de dominação e a postura antropocêntrica do homem se tornavam também foco de debates.

Assim apresentou-se a questão ecológica. Representantes dos países desenvolvidos – após certa imposição das necessidades apresentadas por grande parte da população – incluíram em suas agendas os eventos e conferências internacionais relacionados ao meio ambiente. Nesses eventos, discutiam-se propostas e meios de ação para frear o processo de degradação e consolidar a preservação do planeta e dos recursos naturais.

Meses depois da publicação do Relatório do Clube de Roma, a Organização das Nações Unidas – ONU em parceria com a comunidade científica realizou, em junho de 1972 a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano. Realizada na capital da Suécia, a Conferência de Estocolmo³, como ficou conhecida, contou com a participação de cento e treze países e levantou debates acerca das consequências dos processos de degradação do meio ambiente causados pelo avanço tecnológico - entre eles o alterações climáticas, ameaça e extinção de espécies, desastres naturais, poluição e escassez dos recursos ambientais.

A Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marcou uma etapa muito importante na ecopolítica internacional. Esta foi basicamente a primeira grande reunião organizada para concentrar-se as questões ambientais e a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, visto que a ação antrópica gera séria degradação ambiental, criando severos riscos para o bem estar e sobrevivência da humanidade. (RIBEIRO, 2010, p. 9)

³ A Conferência de Estocolmo é considerada um marco internacional decisivo para o início das ações de política internacional de proteção ao meio ambiente.

A Conferência de Estocolmo resultou na Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente que admitiu a educação ambiental como elemento de combate à crise vivida no meio ambiente. O papel e a responsabilidade do homem foram mais uma vez questionados e a educação ambiental foi reconhecidamente o mecanismo encontrado capaz de intervir na conduta humana de modo a preservar o meio ambiente.

Nota-se, a partir da Conferência de Estocolmo, a manifesta intenção de mudança através da educação ambiental, onde o reconhecimento mundial chega através de um documento oficial e recomenda o desenvolvimento de novas abordagens instrucionais. A Conferência de Estocolmo marca, portanto, a globalização da educação ambiental.

Pouco tempo depois, em 1975, aconteceu o Encontro de Belgrado na Iugoslávia. Essa conferência - que teve como ponto central a formação de uma ética global - deu origem à Carta de Belgrado, onde foram fixados princípios orientadores da Educação Ambiental.

Seguindo essas orientações, a UNESCO promoveu em Belgrado, Iugoslávia (1975) o Encontro de Belgrado, como ficou conhecido, (The Belgrade Workshop), onde foram formulados os princípios e orientações para um programa internacional de EA. Nesse encontro também foi formulada a Carta de Belgrado que preconizava a necessidade de uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação humanas, e censurava o desenvolvimento de uma nação às custas de outra, acentuando a premência de formas de desenvolvimento que beneficiassem toda a humanidade. (DIAS, 2010, p. 26)

Dois anos mais tarde aconteceu em Tbilisi⁴ a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental⁵, onde foram discutidos e definidos a nível nacional e internacional pontos a serem alcançados pelos países participantes. O produto da Conferência foi a Declaração sobre a Educação Ambiental, documento referência que apresenta os objetivos, as dimensões, as prioridades, as finalidades e os princípios orientadores da Educação Ambiental. A propagação das informações, o desenvolvimento de um novo processo educativo e o treinamento dos educadores são também abordados.

Nas recomendações de Tbilisi, a EA vincula-se à compreensão de três conceitos fundamentais: aquisição de novos conhecimentos e valores, novos padrões de conduta e a interdependência. Ressalta-se, também, que a EA deve resultar de uma dimensão do conteúdo e da prática educacional,

⁴ Na Geórgia, ex-União Soviética.

⁵ A Conferência de Tbilisi - ratificada posteriormente por 150 países - representa um marco na evolução da Educação Ambiental e ficou conhecida como a primeira conferência intergovernamental sobre o tema.

orientada para a preservação e a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar; levar a compreensão do meio ambiente em sua totalidade e interdependência utilizando o enfoque sistêmico para as questões globais que envolvem o meio ambiente. (RAMOS, 2001, p. 205)

Já na década de 90, o acontecimento que merece destaque é o da realização da Conferência Rio-92 e em relação à Educação Ambiental resultaram três documentos. O primeiro foi o Tratado de Educação Ambiental que reconheceu os direitos humanos de terceira geração, o direito à vida e a ética biocêntrica e ressaltou – dentre outros aspectos - a importância da colaboração da sociedade civil para a construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. O segundo foi a chamada Carta Brasileira de Educação Ambiental que trouxe instruções para a capacitação de recursos humanos.

Ainda há que se falar no terceiro e importantíssimo documento resultante da Rio-92, a Agenda 21. Assim como o Tratado de Educação Ambiental e a Carta Brasileira de Educação Ambiental, esse instrumento apresentou um conjunto de propostas elencadas em forma de projeto de ação relacionadas à educação⁶.

De acordo com a Agenda 21, conciliar os mecanismos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica seria imprescindível para a construção de uma sociedade sustentável. Nesse contexto, o êxito em alcançar o desenvolvimento sustentável só seria possível através de um planejamento participativo de toda a sociedade. A Educação Ambiental estaria agora associada ao desenvolvimento sustentável.

Em relação ao Brasil, pode-se dizer que a matéria foi timidamente tratada.

Sendo certo que nos países subdesenvolvidos é que se identifica a necessidade de maior atenção e cuidado em matéria de educação, lamentavelmente no Brasil não puderam ser percebidas grandes transformações envolvendo a Educação Ambiental. Há sim, parte da sociedade civil e instituições voltadas para a difusão deste conhecimento, mas infelizmente, esforços poucos se comparados aos infinitos problemas sociais suportados pela sociedade brasileira.

É importante frisar, após as considerações acerca do presente histórico, que as diversas abordagens dadas à Educação Ambiental tiveram um papel importante para construir o embrião da conscientização ambiental na sociedade civil. No entanto, é importante destacar que o conjunto de princípios e objetivos norteadores da matéria não foram reconhecidos em um cenário pacífico, o jogo de interesses e o *nomos* econômico prepondera na seara

⁶ Nos termos da Conferência de Tbilisi.

institucional nacional e internacional e, portanto, apenas a definição de valores a serem perseguidos certamente não é suficiente para a construção de um ambiente propício e apto a desenvolver a Educação Ambiental.

Reconhecidamente a Educação Ambiental possui necessário e importante papel na construção de uma sociedade justa, solidária e ecologicamente equilibrada. Ocorre que mesmo assim, a realidade enfrentada é precária, seja pela falta de mecanismos instrucionais aptos a formar educadores e alunos, ou pela abordagem equivocada ou tangencial com que o tema é tratado.

A formação de pessoas capazes de desenvolver uma consciência crítica é urgente, para que se recupere o meio ambiente, reconstrua um novo e saudável planeta e conseqüentemente seja preservada a sadia qualidade de vida para as futuras gerações.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS

2.2.1. Evolução do conceito

A evolução dos conceitos de Educação Ambiental sofreu, ao longo dos anos, consideráveis mudanças.

Em um primeiro momento, a partir da percepção do homem em relação ao meio ambiente, a Educação Ambiental foi vista através de um espírito conservacionista. Esta corrente naturalista⁷ centrava-se na concepção de ecologia, meio ambiente ecológico e ecossistema e limitava-se aos aspectos naturais do meio ambiente, o que acabava por não permitir uma análise interdisciplinar dos assuntos tratados.

Posteriormente, emergiram debates acerca da necessidade de estudar o meio ambiente como um todo, incluindo o homem como parte desse meio. Aí surgiram as críticas ao antropocentrismo e a compreensão da Educação Ambiental não mais limitar-se à concepção de ecologia, muito embora guardasse ainda, considerável viés naturalista.

A segunda fase da evolução conceitual acontece por volta da década de 70. Graves acontecimentos ambientais ocorridos nos anos anteriores marcaram a sociedade internacional e chamaram a atenção para os problemas ambientais vividos naquele período. A publicação da já mencionada obra Primavera Silenciosa em 1962 efetivamente alertou a população para os riscos ambientais que seriam suportados em decorrência da desmedida ação antrópica.

⁷ A corrente naturalista ou conservacionista pode ser encarada como uma fase inicial de abordagem da Educação Ambiental no início dos anos 90.

Desse modo, o segundo momento da Educação Ambiental foi concebido em um cenário de alerta e preocupação, onde a necessidade de conscientização é o ponto principal.

Registra-se, a relevância da Carta de Belgrado que, editada em 1975, definiu oficialmente o conceito de Educação Ambiental e reforçou o caráter interdisciplinar e holístico dos debates ambientais.

Oportunamente, destaca-se a definição adotada na Conferência de Tbilisi anos depois (1977) e que é utilizada até os dias de hoje. Educação Ambiental enquanto “dimensão dada ao conteúdo e prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”.

O terceiro momento da evolução dos conceitos da Educação Ambiental pode ser resumido em uma palavra: sustentabilidade⁸.

Compreende-se por sustentabilidade a conciliação de duas situações aparentemente antagônicas: de um lado temos a necessidade da preservação do meio ambiente; de outro, a necessidade de incentivar o desenvolvimento socioeconômico. Essa conciliação será possível com a utilização racional dos recursos naturais, sem, contudo, causar poluição ao meio ambiente. (SIRVINSKAS, 2015, p. 89)

Assim, a difusão das informações e a consolidação da consciência ambiental na sociedade se mostraram necessárias e representaram o ponto de partida para a construção do que se entende hoje pelo supramencionado termo.

Além do termo sustentabilidade, é importante mencionar, que o conceito de desenvolvimento sustentável foi delineado ainda nos anos 80, precisamente em 1987 em um trabalho realizado pelas Nações Unidas que ficou popularmente conhecido como Relatório *Brundtland*.

O referido documento veio transmitir a concepção de desenvolvimento sustentável que concilia os interesses ambientais e os interesses desenvolvimentistas, de modo a adequar o crescimento, o desenvolvimento e o consumo a um ritmo onde a natureza fosse capaz de regenerar-se, evidenciando assim, a preservação dos recursos naturais do planeta.

Nesse contexto - já na década de 90 - foram apresentadas as chamadas Bases Conceituais da Educação Ambiental na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁹.

⁸ A palavra sustentabilidade engloba os termos desenvolvimento ecologicamente equilibrado, desenvolvimento sustentável ou sustentado e codesenvolvimento.

Assim, as diferentes fases da evolução do conceito de Educação Ambiental expressam as mais diversas “roupagens” que o termo recebeu desde sua concepção. No entanto, há de se perceber vários pontos em comum cada um dos momentos - a necessidade de conscientização da sociedade sobre problemas ambientais, a relevância do papel do homem no processo de recuperação e preservação do meio ambiente e a forte carga de responsabilidade conferida à Educação Ambiental são alguns exemplos.

Não há dúvidas que o estágio atual é representado pela especial atenção dada à questão da sustentabilidade. A participação da população é imprescindível - compreendendo a atuação do Poder Público, das instituições sociais organizadas e da sociedade civil - e deve ser construída através da prática e consolidação do pensamento crítico da população, por meio da abordagem integradora, holística e interdisciplinar que a Educação Ambiental propõe.

2.2.2. Características

Os acontecimentos narrados, por ora, permitem identificar que a Educação Ambiental está intimamente ligada à concepção de valores sociais - como solidariedade, respeito, participação, cooperação e responsabilidade - que são parte inerente à natureza e ao objetivo da matéria.

Por esse motivo, deve ser dada especial atenção aos referidos valores. Seja na escola ou no seio da comunidade, o incentivo constante por parte dos educadores será, por certo, o diferenciador no processo educativo e permitirá que seja alcançado o tão almejado espírito crítico, bem como a ação e a efetiva mudança.

Nesse prisma, uma das características apresentadas é, sem dúvida, a interdisciplinaridade.

Sabe-se que precariedade do ensino ocorre, na maioria dos casos, em razão dos vícios e equívocos práticos e teóricos. Seja pelo despreparo dos educadores ou pela metodologia fechada, o real sentido da Educação Ambiental acaba sendo distorcido.

Nesse contexto, a percepção do dinamismo da vida é imprescindível para a assimilação dos valores sociais e conseqüentemente para a construção de uma consciência ambiental.

Então, a interdisciplinaridade vem propor a superação da concepção de ensino fechado, ela propõe, de fato, o estudo aberto, onde todas as disciplinas estão em igual patamar

⁹ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento aconteceu no ano de 1991.

de relevância. A contribuição específica de cada matéria é percebida em um todo, no cenário mais próximo da realidade vivida diariamente por cada aluno. As disciplinas deixam de ser isoladas e individualmente consideradas e passam a ser interligadas, conexas, uma vez que cada uma tem a sua parcela de contribuição para a compreensão do meio ambiente.

A Interdisciplinaridade constitui-se quando cada profissional faz uma leitura do ambiente de acordo com o seu saber específico, contribuindo para desvendar o real e apontando para outras leituras realizadas pelos seus pares. O tema comum, extraído do cotidiano, integra e promove a interação de pessoas, áreas, disciplinas, produzindo um conhecimento mais amplo e coletivizado. As leituras, descrições, interpretações e análises diferentes do mesmo objeto de trabalho permitem a elaboração de um outro saber, que busca um entendimento e uma compreensão do ambiente por inteiro. (COIMBRA, 2010, p. 2)

Assim, através da interdisciplinaridade é possível aproximar o aprendizado da complexidade social e ambiental a qual todos estão inseridos, uma vez que é a partir da troca de informações e do intercâmbio de conhecimento que se dará a compreensão do meio ambiente como um todo.

Ao se falar em interdisciplinaridade não é possível deixar de mencionar a abordagem integradora da Educação Ambiental.

Compreende-se por integrar¹⁰ o ato ou efeito de incorporar, adicionar um elemento, ligar-se, passar a fazer parte de algo, um grupo ou coletividade.

Em Educação Ambiental, associar a integração à abordagem significa tratar o assunto ou matéria de modo a aproximar os indivíduos (integrar) do meio ambiente. O grau de integração vai depender da abordagem do educador e da relação da disciplina com o projeto ou tema.

Por certo que os conhecimentos específicos não de adquirir um nível de integração mais elevado de acordo com que os conhecimentos sejam apreendidos (a origem dos problemas, o papel do homem e a complexidade das questões ambientais).

A abordagem integradora da Educação Ambiental pode ser compreendida, portanto, como a ligação e inter-relação estabelecida entre a sociedade e as questões ambientais, sociais e humanas, ou seja, como a real integração entre todos sujeitos do processo de aprendizagem – enquanto indivíduos ou coletividade - com o meio ambiente.

¹⁰ Definição segundo o Dicionário Aurélio.

Acresça-se, às duas características mencionadas o aspecto da visão holística da Educação Ambiental.

A questão ambiental - seja no âmbito educacional ou na sociedade - ainda é tratada como um tema transversal.

Especificamente na educação formal, nota-se que os conteúdos relacionados ao meio ambiente à ética, aos problemas sociais como a violência, a saúde não fazem parte do currículo escolar dos alunos e, por vezes, sequer os educadores reportam-se a esses assuntos.

Como já mencionado, o que se vê, na maioria dos casos, é a educação fechada que se limita às questões técnicas necessárias à inclusão futura do estudante no mercado de trabalho.

A visão holística da Educação Ambiental traz a possibilidade de que as atividades sejam projetadas de modo a conceber os elementos de um todo, inseridos nesse todo, ou seja, o conteúdo e a metodologia serão adaptados de modo que se estabeleçam conexões sucessivas até que seja alcançada a visão global da matéria relacionada à questão abordada.

Dessa forma, Educação Ambiental não mais seria tratada como um mero tema transversal e, através da integração, da interdisciplinaridade e da visão holística o conteúdo e o meio ambiente seriam inseparáveis, complementares, tratados por todas as áreas de conhecimento de acordo com a disciplina além de promover a visão holística do meio ambiente e dos problemas ambientais.

2.2.3. Objetivos

Como alhures mencionado, a Conferência de Tbilisi (1977) ainda é considerada o evento de maior importância para o desenvolvimento da Educação Ambiental, tanto que, no ano de 1980 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO publicou um relatório¹¹ com algumas orientações da referida Conferência.

O relatório da UNESCO traz em seu bojo, as finalidades e os objetivos Educação Ambiental. Segundo o estudo de Coimbra (2004, p. 7), merecem destaque, dentre as demais proposições os seguintes objetivos:

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

a) Consciência – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem consciência do meio ambiente global e ajudar-lhes a sensibilizarem-se por essas questões.

¹¹ O relatório recebeu o título de *La educación ambiental*.

- b) Conhecimento – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas anexos.
- c) Comportamento – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a comprometerem-se com uma série de valores e a sentirem interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e da proteção do meio ambiente.
- d) Habilidades – ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais.
- e) Participação – proporcionar aos grupos sociais e aos indivíduos a possibilidade de participarem ativamente das tarefas que tem por objetivo resolver problemas ambientais.

Como se nota, todos os aspectos abordados expressam a possibilidade de romper as barreiras pedagógicas que cada vez mais distanciam o educador e o aluno do contexto social e mostram a intenção de vencer o paradigma da educação formal fechada. Agir nesse sentido, é conectar não só o sujeito à sua realidade, mas integrar o pensamento, a criatividade e os valores. É incitar o posicionamento crítico de questionamento e mudança das imposições, dos processos e do modo de agir de toda a coletividade.

Por fim, insta mencionar que as características aqui tratadas – interdisciplinaridade, abordagem integradora e visão holística – não têm o condão de diminuir a relevância específica que cada área de conhecimento possui. Ao revés, quando se cobra a prática da Educação Ambiental enaltecendo cada uma dessas características, confere-se às disciplinas um grau mais elevado de responsabilidade, considerando que só serão alcançados os resultados e percebidas as mudanças se todas as matérias efetivamente contribuírem – agregando conhecimento – para a formação dos alunos.

3 MUDANÇA DE PARADIGMAS: O MODELO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O processo educativo ambiental é perfeitamente compreendido se analisado a partir da relação estabelecida entre o homem e a natureza.

Frise-se, que no presente século, a complexidade dessa relação é acentuada, se considerado o dinamismo e a multiplicidade de fatores que inevitavelmente entram nessa relação.

Sendo assim, uma vez consideradas todas as variáveis desse processo, pode-se dizer que o homem estará posto em uma sociedade não uniforme, no sentido que as relações sociais

podem implicar (e implicam) consequências nem sempre desejadas ou planejadas, seja para si, para o outro ou para o meio ambiente.

Nesse contexto, onde chocam-se inúmeros interesses, devem ser considerados todos os aspectos dessa relação multifacetada, de modo que, através da compatibilização todos sejam lembrados e estudados para que nenhum direito seja desconsiderado ou violado.

Assim, chega-se à conclusão da necessária inclusão de mais um “sujeito” nessa relação. Passa-se a ter, portanto, o homem, a natureza e a educação.

Para tanto, é imprescindível certo grau de abstração teórica para que seja possível repensar o cenário e compreender de forma plena todo o processo educativo que a Educação Ambiental apresenta. Isso porque, não se fala neste momento no modelo tradicional de educação. A proposta da Educação Ambiental traz à tona a essencialidade humana do processo educativo.

É da sua característica declarar o homem sujeito ativo da educação. Ocorre que, para que isso efetivamente aconteça, indispensável é uma mudança de paradigmas na sociedade.

O conhecimento e a propagação das informações é determinante, ao mesmo tempo que irão aproximar os sujeitos do processo e revelar a construção de um modelo educacional como instrumento de conscientização da sociedade em relação ao meio ambiente.

Acresça-se a importância da formação de um olhar crítico, de modo que sejam discutidos todos os problemas enfrentados pela sociedade do século XXI.

A crise da modernidade - representada pela provação dos paradigmas científicos, sociais e educativos - está cada vez mais evidente, uma vez que inúmeras áreas do conhecimento hoje são incapazes de responder aos problemas e às necessidades do homem e do planeta.

Por isso mesmo, identifica-se que somente através da educação é que serão formados novos sujeitos aptos a solucionar problemas ambientais e a suprir os anseios de toda uma sociedade. A consciência social só será alcançada por meio da educação.

É preciso combater o desinteresse e o despreparo das pessoas quando se fala em matéria de meio ambiente.

Os conceitos de sustentabilidade, consumo e desenvolvimento sustentável, devem fazer parte do cotidiano social, caso contrário não será possível resolver as grandes problemáticas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental é extraída do cotidiano, ela integra e promove a interação do homem com as diversas áreas do conhecimento e, exatamente por isso é capaz de produzir um conhecimento amplo e conseqüentemente uma visão holística da realidade.

Ao analisar sucintamente suas bases pedagógicas, assim como a forma com que o tema foi historicamente tratado - não só no sistema pátrio, mas também em ordenamentos internacionais - é possível constituir o espaço necessário ao diálogo pacífico e consciente acerca do tema que, sem sombra de dúvida, requer especial atenção.

Dessa forma, buscar-se-ão as respostas aos intensos debates sobre a crise ambiental e a educação que, até o momento não foram capazes de construir a base para uma relevante mudança nas condutas sociais.

A evolução histórica das inúmeras concepções do homem acerca da tratativa da matéria é evidente, no entanto, é necessário o confronto entre os posicionamentos das partes envolvidas no processo, sempre no intuito de elucidar questões controvertidas ainda tão presentes.

Portanto, a finalidade deste estudo não foi apresentar concepções definitivas, tampouco formar novos paradigmas, mas fomentar o interesse dos ambientalistas e instigar a reflexão dos sujeitos do processo educativo, bem como de todos aqueles que se consideram integrantes da sociedade do presente século.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alaôr Caffé. **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. São Paulo: Manole, 2005.

BUENO, Eduardo. **Brasil uma história**: cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2012.

COIMBRA, Audrey de Souza. **Educação Ambiental**: uma concepção na terceira idade – próspero. Juiz de Fora: UFJF, 2004.

_____. **Interdisciplinaridade e educação ambiental**: Integrando seus princípios necessários. Juiz de Fora: 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/03/artigo-1a2.pdf>>. Acesso em 12 de set. 2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental – princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. Peirópolis: Editora Fundação Petrópolis, 2000.

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental. A conexão necessária**. São Paulo: Papirus Editora, 1996.

KOVACIC, Hegli Serpa. **Visão holística, concepção sistêmica e interdisciplinaridade em educação ambiental**. Curitiba, 2008.

LEFF. **Ecologia y Capital: hacia una perspectiva ambiental del desarrollo**, México, Siglo XXI/UNAM, 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental transformadora**. In: Layrargues, P. P. (Coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L. **The limits to growth**, 1972. Disponível em: <<http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>> Acesso em 13 de set. 2016.

MEDINA, Naná Mininni. **Breve histórico da Educação Ambiental**, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1415782-Artigo-breve-historico-da-educacao-ambiental-nana-mininni-medina.html>> Acesso em 14 de set. 2016.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental: origem e perspectivas**. Educar, n.18, p.201-218. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a12.pdf>> Acesso em 15 de set. 2016.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100008> Acesso em 13 de set. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. São Paulo: Autores associados, 2004.